



ARTE NO ENSINO MÉDIO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ENSINO POLIVALENTE

Thais Wengärtner ¹
José Inacio Sperber ²
Carla Carvalho ³

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE (Licenciatura) da Universidade Regional de Blumenau – FURB. Buscamos responder a seguinte questão: como os docentes da disciplina de artes, no Ensino Médio, percebem a sua especificidade de formação acadêmica (específica) dentro do ambiente escolar e como se apresenta o ensino polivalente de arte? Para responder, discutimos e analisamos as respostas de 7 (sete) professores da rede estadual de Santa Catarina.

Em 1971, com a reformulação da LDB (Lei nº 5692/1971), em plena ditadura civil-militar, o ensino da arte é tornado obrigatório nas chamadas escolas de 1º e 2º Grau (BARBOSA, 1988). Anteriormente a esta legislação, a arte na escola se estruturava como componente curricular de complementação de outras disciplinas ou como atividades isoladas que variavam do canto orfeônico ao desenho geométrico.

Somente em 1973, é que são criados, pelo governo federal, os primeiros cursos universitários destinados a formação de professores de arte (Licenciatura curta - 2 anos e posteriormente a este modelo, foi implementado o curso de licenciatura plena - 4 anos). A partir deste momento evidencia-se o tema central deste estudo: a formação polivalente do professor de artes e conseqüentemente sua atuação polivalente na escola.

Graduações específicas, para as quatro linguagens, são ofertadas desde a década de 90, mais especificamente em 1997, quando são lançados os Parâmetros Curriculares

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Regional de Blumenau (FURB) - SC, thaisweingartner@gmail.com;

² Graduando pelo Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Regional de Blumenau – (FURB) - SC, jooseinacio@gmail.com;

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – PR, ca_carvalho@icloud.com.



Nacionais para a disciplina de Artes - PCN-Arte que orientam o ensino das quatro linguagens artísticas no componente curricular de artes.

Para Barbosa (1988, p. 17) a formação polivalente do professor de artes é uma deturpação do princípio de interdisciplinaridade:

[...] batizado entre nós de polivalência, uma colagem amorfa de diferentes sistemas semióticos. Esta abordagem projeta no professor-estudante um conceito equivocado de arte, ligado à ideia de nonsense ou totalidade superficial - uma espécie de grande torta de vegetais e frutas mal misturados e assados cuja receita transmitem a seus alunos.

No que se refere as discussões contemporâneas, a aprovação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio – BNCC (2017) trouxe à baila algumas problemáticas. Em relação ao componente curricular de Arte, uma das questões mais discutidas pelos pesquisadores em arte e arte-educadores é a polivalência. E para justificar esta problematização apresentamos o trecho de apresentação do componente curricular foco desta discussão:

A pesquisa e o desenvolvimento de processos de criação de materialidades híbridas – entendidas como formas construídas nas fronteiras entre as linguagens artísticas, que contemplam aspectos corporais, gestuais, teatrais, visuais, espaciais e sonoros – permite aos estudantes explorar, de maneira dialógica e **interconectada, as especificidades das Artes Visuais, do Audiovisual, da Dança, da Música e do Teatro.** (BRASIL, 2017, p. 48 - Grifos nossos).

Fazendo uma comparação entre a 2ª versão e a 3ª versão da BNCC, Pereira (2017) nos indica que a homologação da terceira versão excluiu do texto as discussões contrárias ao modelo de ensino polivalente

Embora a segunda versão da BNCC (BRASIL, 2016c) tenha estruturado um posicionamento explicitamente contrário a polivalência após debates, **a parte do texto sobre a necessidade de docentes de diversas linguagens foi removida da versão final da BNCC (BRASIL, 2017)**, contrariando os pareceres para esta versão. (PEREIRA, 2017, p. 01 – Grifos nossos).

Esta pesquisa nos apresenta que a polivalência ainda é uma realidade no contexto contemporâneo da Arte-educação, apresentando resquícios de formações docentes de estrutura polivalente e problemáticas que envolvem as questões legislativas no que tange o ensino da arte no Brasil.

A implementação de um novo modelo de polivalência no ensino da arte, sob a justificativa de uma suposta “interdisciplinaridade”, posta pela BNCC sob a nomenclatura de “Artes integradas”, preocupa a autonomia e o funcionamento da disciplina de arte na escola. E é também por este motivo que é necessário compreender



como, a nível regional, se estrutura o ensino de arte para assim buscar alternativas para superar, junto aos órgãos municipais, a universidade e comunidade, as problemáticas que se apresentam no horizonte da arte-educação brasileira.

METODOLOGIA

A geração de dados para esta pesquisa se deu por meio da elaboração de um questionário com perguntas que se dividiam em seis blocos de perguntas: 1) Formação; 2) Perfil; 3) Ensino; 4) Material Didático; 5) Escola e 6) Ensino Médio. Para contemplar as discussões pertinentes a temática central desta pesquisa, a polivalência, foram analisadas apenas as respostas dos blocos: formação e ensino, que efetivamente contribuem para a temática deste trabalho.

O envio do questionário foi realizado em um grupo do aplicativo WhatsApp destinado a socialização de vagas de emprego e trocas de experiências entre arte-educadores. A opção por esta forma de envio vai ao encontro de uma tendência que visa o uso de novos meios para a geração de dados para a pesquisa em educação, que busca facilitar os processos de coleta de dados com o apoio de novos aplicativos e ferramentas digitais. Neste grupo, encontravam-se professores de arte de diferentes formações, que atuavam em escolas da rede pública e privada de Santa Catarina, ou seja, local propício para a coleta de respostas acerca da temática que mobiliza as discussões neste trabalho. Ao final do prazo de recebimento de respostas, obtivemos dados de oito professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os professores entrevistados, 75% são formados em cursos de licenciatura em artes visuais; 12,5% possuem graduação em educação artística: habilitação em música e 12,5% possuem licenciatura em música. Nenhum dos professores que responderam a entrevista é formado em dança ou teatro. Este dado evidencia a carência de profissionais formados nestas áreas para atuarem nas escolas, o que já nos apresenta um cenário de não efetivação da Lei 13.278/2016. Nesse sentido percebemos aqui a relevância da formação docente inicial e investimento nas diversas linguagens da arte.

Em relação as linguagens artísticas trabalhadas em aulas na Educação Básica, prevalecem as Artes Visuais e a Música, com 6 e 4 respostas respectivamente. Dois professores trabalham com o Teatro, e apenas um, a Dança. No grupo de entrevistados



nenhum professor é formado em Teatro ou Dança, com isso podemos inferir que 3 dos entrevistados trabalham com linguagens que não fazem parte de sua formação inicial. Mesmo que tenham realizado o curso de Educação Artística, este possui uma formação generalista, e ainda assim muitos professores na sua relação profissional, possuem relação com outras linguagens da arte.

Dos 7 entrevistados, 3 disseram que utilizam em suas aulas, todas as linguagens artísticas. Com estas respostas, chegamos a um número de 5 professores que atuam em sala com uma orientação entre linguagens ou polivalente para o ensino de arte. Levando em consideração que dois dos entrevistados afirmam que trabalham com as artes integradas, e levando em consideração as discussões que foram realizadas neste trabalho, compreendemos este modelo como a possibilidade de a uma nova prática polivalente. Portanto, podemos afirmar que os professores entrevistados, trazem em seus registros relações entre linguagens que merecem investigação para percebermos como se relacionam com sua a linguagem da arte mais especificamente.

Como foi possível notar pelos dados apresentados nesta pesquisa, nossa problemática se confirma ou pelo menos nos provoca a olhar o que está nos documentos oficiais na relação com a prática dos professores, pois observamos que nem sempre os professores atuam no ensino da linguagem na qual tem formação acadêmica. No entanto, é relevante pensar nas relações que se estabelecem na formação em artes para além da acadêmica, tecendo uma formação no campo da arte, por vezes entre linguagens, com relações “entre” na contemporaneidade. Essa relação entre linguagens não significa a polivalência, mas a relação, que em nosso tempo, está presente na medida em que lidamos com arte contemporânea, mesmo assim, é relação, é a forma com a qual o professor lida com a linguagem que podemos pensar nessa categoria: a polivalência.

Estes professores se permitem agir como polivalentes - seja de forma consciente ou não com o seu papel, que nada mais é do que realizar ações que contribuem diretamente no desenvolvimento autônomo, sensível, justo, sustentável e culturalmente diverso do educando. E para que o ensino da arte compreenda todas estas dimensões, Carvalho (2016, p. 504) afirma que “a formação específica na área da Arte é elemento fundamental no processo de formação humana, cultural, estética e artística do que desejamos ver como realidade nas escolas brasileiras”.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir, nos ressoa o seguinte questionamento: as escolhas realizadas pelo corpo docente encaminham os alunos para a ação para compreender as linguagens artísticas em suas singularidades e complexidades? Percebemos que a escola é sim um espaço de discussão e reflexão, mas para que isso se efetive é importante rever as práticas docentes, as leis, as diretrizes e o currículo que estão à nossa disposição, buscando possibilidades de então efetivar práticas ativas e significativas que permitam construir ações reflexivas e emancipatórias de acordo com a realidade de cada comunidade.

Importante destacar que os profissionais, formados em matrizes curriculares polivalentes, trazem em sua formação uma história do ensino da arte que é preciso ser considerada. Com eles e a partir de reflexões vindas de suas experiências é que tivemos mudanças importantes e a comunidade escolar e a própria escola pode olhar para o mundo e as práticas contemporâneas sejam compreendidos a partir do entendimento do ponto de vista histórico.

Compreendemos que, historicamente, existe uma luta para a não polivalência do professor de arte. No entanto a BNCC pouco deixa claro o que entende por Arte Integrada e como essa reflete na formação docente.

Compreender a importância da arte na formação humana passa pela questão de se respeitar a autonomia e a formação específica do professor de arte, ampliando relações com as singularidades e complexidades com as linguagens da arte.

Constata-se avanços significativos nos últimos anos no que se refere ao ensino da Arte no Brasil, como por exemplo, a ampliação de cursos de licenciatura plena em Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. Ainda a abertura de novos programas de pós-graduação e conseqüentemente novas pesquisas, eventos e publicações relacionadas a estas áreas. Compreendemos que a lei nº 13.278/16 é um avanço para a garantia do respeito à formação específica do professor de artes, mas os desdobramentos políticos nos levam a pensar nos enormes retrocessos que nossa área vem sofrendo desde a implementação de uma BNCC que desconsidera as especificidades das linguagens artísticas que compõem o componente curricular arte assim como os ataques a pesquisa e a educação em nosso país.



Para finalizar é importante ressaltar que precisamos de um verdadeiro movimento em prol da Arte na Educação Básica, assim como a garantia de condições favoráveis para seu ensino e o respeito a formação e as especificidades de cada linguagem artística. E estas condições se referem ao investimento na formação de professores de arte, criação de espaços adequados às necessidades de cada área, formação continuada, investimento em pesquisa e projetos de contribuam para a manutenção da escola e do que compreendemos por um espaço de promoção de uma educação sensível e significativa.

Palavras-chave: BNCC, Ensino Médio, Polivalência, Ensino de Artes.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação: conflitos/acertos**. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 1988. 188 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Secretários de Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3. versão revista. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 mai. 2020.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 13.278**, de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.. Brasil, 02 mai. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13278-2-maio-2016-782978-publicacaooriginal-150222-pl.html>. Acesso em: 06 maio 2020.

CARVALHO, Carla. UMA REFLEXÃO ACERCA DAS ARTES VISUAIS SOBRE A SEGUNDA VERSÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*, [s.l.], v. 10, n. 3, p. 502-521, 16 nov. 2016. Fundação Universidade Regional de Blumenau. <http://dx.doi.org/10.7867/1981-9943.2016v10n3p502-521>.

PEREIRA, Fabiano Lemos. As Linguagens do componente curricular Arte: uma reflexão sobre a lei 13.278 e a BNCC. In: IV CONEDU - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2017, Campina Grande. **Anais IV CONEDU**. Campina Grande: Realize, 2017. v. 1, p. 01-14. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA2_ID9069_